



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOÇAMBIQUE

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA • ANO VI

PGR

LEGAL

**BOLETIM
INFORMATIVO**

Trimestral • Edição n° 16 • Dezembro 2017



PGR E WWF ORGANIZAM
**CONFERÊNCIA
SOBRE FLORESTAS
DE MOÇAMBIQUE**



NOTA DE ABERTURA

SUMÁRIO

- 3 SEMANA DA LEGALIDADE EM CELEBRAÇÃO
- 6 PGR E WWF ORGANIZAM CONFERÊNCIA SOBRE FLORESTAS DE MOÇAMBIQUE
- 11 EM PROL DO COMBATE AO HIV/SIDA FUNCIONÁRIOS DA PGR CELEBRAM 01 DE DEZEMBRO
- 14 GCCC REFORÇA A CAPACIDADE INVESTIGATIVA
- 18 CRV'S REÚNE GESTORES PÚBLICOS E DEBATEM EM TORNO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LPP
- 20 NPGR-MISAU REFORÇAM COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE CRIMES CONTRA SAÚDE PÚBLICA

Caro Leitor

LEGAL vai já no seu número 16, referente ao 4º e último trimestre de 2017.

Numa altura em que o ano chega ao fim cumpre-nos endereçar o nosso sentimento de gratidão pela companhia que nos dispensou ao longo dos 365 dias.

Várias foram as actividades desenvolvidas nos 12 meses que culminam, contudo, maior relevância será dada ao período de Novembro a Dezembro, respectivamente.

No mês de Novembro, celebrou-se a Semana da Legalidade sob o lema “Pela Humanização da Justiça Penal”, num ciclo de palestras orientadas para a melhor interpretação para a aplicação correcta da lei, no que tange à Prisão Preventiva; Menores em Conflito com a Lei; Medidas Alternativas; e Habeas Corpus.

Nota relevante vai igualmente, para a realização da Conferência Sobre Florestas, um evento coorganizado pela PGR e a WWF que culminou com o anúncio da Declaração de Maputo, contendo pontos específicos, criados em prol da governação transparente, inclusiva e responsável das florestas em Moçambique, como contributo para o desenvolvimento sustentável, reflectindo-se no combate à exploração ilegal e desmedida dos recursos florestais, o que poderá proporcionar prejuízos graves, especificamente, para as comunidades locais e ao meio ambiente, de modo geral.

Já, Dezembro, caracterizou-se pela difusão de temas que visam a defesa, preservação e respeito pela vida, como é o Workshop de Pré-validação do Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas; a celebração do Dia Mundial contra o HIV/SIDA; o debate sobre a Lei de Probidade Pública, entre outras matérias. Como deve notar, a nossa preocupação é levar a cabo acções conjugadas pelos vários sectores, no garante da boa convivência, promoção da justiça e dos direitos humanos, concorrendo para a preservação do cidadão e das famílias.

Porque os conteúdos não se podem esgotar neste espaço, cabe-nos convidá-lo à leitura na íntegra, deixando, desde já os nossos votos sinceros de um final de ano feliz e próspero 2018, EM FAMÍLIA.

Boas Festas!

PGR **LEGAL**

Propriedade: Procuradoria-Geral da República

Conselho Editorial

Director: Januário dos Santos Necas

Editora: Georgina Zandamela

Redacção: Hermenegildo Timana, Emmanuel Zaquell

Grafismo: João Manassés, Daniel Chicico

Cartoom: Sérgio Zimba

Impressão: Preview Publicidade e Serviços

Tiragem: 500 Exemplares



SEMANA DA LEGALIDADE

EM CELEBRAÇÃO

As celebrações do Dia da Legalidade, que se assinala, a 05 de Novembro, no presente ano, estiveram a cargo do Tribunal Supremo, que por sua vez, no dia 27 de Outubro, efectuou o lançamento oficial da Semana da Legalidade, que decorreu de 30 de Outubro a 05 de Novembro, subordinada ao lema, **“Pela Humanização da Justiça Penal”**.



Palestra subordinada ao tema “Prisão Preventiva”, o moderador, Alberto Paulo (PGA), à esquerda e o orador, Mussa Facuze (Juiz de Direito A)

Durante a semana comemorativa foram realizadas diversas actividades, designadamente, palestras dirigidas aos procuradores, juizes e outros estratos sociais, com temáticas que se debruçassem sobre aspectos de reflexão sobre a Legalidade e a acção dos

actores da administração da justiça; visitas a estabelecimentos penitenciários; partidas de futebol entre diferentes equipas e; actuação de grupos culturais de canto e dança, dentre outras actividades.

O ponto mais alto da celebração teve lugar, no dia 06.11.17, na cidade de Maputo, onde os titulares da Administração da Justiça saudaram o Pre-





sidente da República, na qualidade de mais Alto Magistrado da Nação. Este acto, foi antecedido, pela cerimónia de deposição de coroa de flores na Praça dos Heróis Moçambicanos, no dia 05.11.17, onde os titulares do sector da administração da justiça prestaram homenagem àqueles que lutaram pela causa nacional.

Importa referir que, foi a 05 de Novembro de 1981, que o primeiro Presidente de Moçambique independente, Samora Machel dirigiu-se a Nação, em geral, e aos agentes intervenientes na Administração da justiça, em particular, apelando e exortando para a necessidade do respeito pela Lei e da necessidade de garantir que os cidadãos tenham acesso ao Direito e Justiça, a humanização da actuação dos Agentes da Lei e Ordem. ■



Visita ao Estabelecimento Penitenciário Especial Feminino de Ndlavela, pelos titulares dos Órgãos de Administração da Justiça





PGR E WWF ORGANIZAM CONFERÊNCIA SOBRE FLORESTAS DE MOÇAMBIQUE



Painel Principal dos Governadores Provinciais, debatendo o tema “Exploração Florestal em Moçambique: Oportunidades e Deasfios”, apresentado pelo PHD da UEM, Adolfo Bila e moderado pelo PHD Jorge Ferrão, Reitor da UP

Teve lugar, na cidade de Maputo, de 15 a 16 de Novembro de 2017, a Conferência sobre Florestas de Moçambique, sob lema **“Efectiva Fiscalização da Legalidade para Exploração Florestal Sustentável”**.

O evento foi organizado pela Procuradoria-Geral da República, em parceria com o Fundo Mundial para Natureza (WWF) e por sua vez, tinha por objectivo, a identificação de mecanis-

mos para garantir a exploração legal e sustentável dos recursos florestais em Moçambique, através da partilha de experiências sobre as melhores práticas vigentes nos países dos convidados estrangeiros, bem como, o estabelecimento de mecanismos de coordenação interinstitucional para a fiscalização

efectiva e, o cumprimento estrito da legalidade em toda a cadeia de valor dos recursos florestais.

Portanto, participaram do evento actores chaves da sociedade, designadamente, membros do Governo Central, Governadores Provinciais, de todo país, Administradores Distritais; Operado-



res Florestais; Líderes Comunitários; representantes de instituições académicas; Procuradores e Juizes; Parceiros de Cooperação; ONG's e Comunicação Social. E ainda, convidados estrangeiros do Brasil, China e Tanzânia, por forma a efectivar-se a troca de experiências e boas práticas, em matéria de exploração sustentável de recursos florestais.

Durante a conferência, foram arrolados temas candentes que representariam a urgência do momento, designadamente: (i) Exploração Florestal em Moçambique: Oportunidades e Desafios; (ii) As Experiências dos Governos Provinciais na Exploração Sustentável dos Recursos Florestais-Com-



Grupos de trabalho interagindo na Conferência sobre Florestas de Moçambique





PHD Óscar Monteiro, proferindo a Declaração de Maputo



PGR, Beatriz Buchili, visitando a exposição de produtos florestais durante a conferência

partilhando Boas Práticas de Gestão dos Recursos Florestais; (iii) Protecção e Uso Sustentável dos Recursos Florestais: Experiências do, Brasil e Tanzânia; (iv) Como Efectivar a Exploração Sustentável dos Recursos Florestais; Principais Desafios e Possíveis Soluções; e (v) Desafios do Ministério Público na Defesa das Florestas: As experiências do Brasil, China e Tanzânia.

Outro marco desta conferência foi o anúncio da Declaração de Maputo, compromisso das entidades e indivíduos presentes na conferência, com onze (11) pontos específicos, criados em prol da governação transparentes, inclusiva e responsável das florestas em Moçambique, de modo que seja plena a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Na sua intervenção, a PGR, Beatriz Buchili, referiu, que não se pode enquanto Estado, continuar a testemunhar de forma impávida a exploração desmedida e ilegal dos recursos florestais, caracterizada por vezes, pela existência de operadores que não se

encontram habilitados para o efeito, ou ainda habilitados, a se dedicarem à exploração de espécies de madeira que são consideradas protegidas por lei.

Buchili apelou ainda, a todos os intervenientes a intensificar as suas acções de fiscalização, desde a comunidade, onde o recurso se encontra; operadores florestais, fiscais florestais; Polícia de Protecção dos Recursos Naturais e Meio Ambiente, Alfândegas, Sociedade Civil e outros, estando ciente dos esforços que cada um dos actores desenvolve neste domínio.

O Ministro da Terra e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, referenciou que o País sofre anualmente uma taxa de desmatamento na ordem de 0,58% ano, o que equivale a perda anual de cobertura florestal em cerca de 219.000 hectares de floresta.

Porém, este facto fez com que o Governo adoptasse medidas para a reforma do sector florestal em 2015, de forma a assegurar a protecção, conservação, criação, valorização e uso sustentável dos recursos florestais.

Celso Correia reconheceu, perante os presentes na conferência, que se não for levada a cabo uma acção efectiva conjunta, corre-se o risco de perder o potencial florestal que temos, com graves prejuízos para as comunidades locais, para o ambiente, para a economia, bem como o agravamento da situação da vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Destacou ainda, que a passividade e inoperância tornar-nos-ia convenientes com os crimes ambientais que de momento beneficiam uma minoria em detrimento de milhares de moçambicanos e futuras gerações.

Por seu turno, a Directora do Fundo Mundial para a Natureza, Anabela Rodrigues, enalteceu algumas medidas tomadas pelo Governo para a melhoria da gestão das florestas e na consolidação da aplicação da lei, como é o caso da Operação Tronco, o Defeso Decretado, a suspensão da época da exploração florestal e do abate de pau-ferro, bem assim a reavaliação dos processos de licença de exportação. ■



Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, intervindo no painel principal



III REUNIÃO NACIONAL DO COMITÉ DE DIREÇÃO DO PROGRAMA “APOIO AO ESTADO DE DIREITO E À RESPONSABILIZAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS EM MOÇAMBIQUE”



Da esquerda para a direita, Primeiro Vice-Presidente da AR, José Amélia, à esquerda; PGR, Beatriz Buchili e o Vice Juiz Presidente do TS, João Beirão, no centro; o Chefe da Delegação da UE, Sven Kuhn Von Burgsdorff, à direita

Realizou-se a 20 de Novembro de 2017, nas instalações do Edifício-Sede da PGR, a III Reunião Nacional do Comité de Direcção do Programa: “Apoio ao Estado de Direito e à Responsabilização

dos Poderes Públicos em Moçambique”, um projecto financiado pela União Europeia (UE).

A III Reunião do Comité de Direcção, visava avaliar o nível de execução das actividades do referido Programa, pelas entidades beneficiárias, bem assim reflectir sobre os aspectos relevantes

para o bom término do Projecto, que está previsto para Junho de 2018.

As Reuniões do Comité de Direcção fazem parte do mecanismo de monitoria à execução das actividades das subvenções atribuídas no âmbito da Convenção de financiamento (MZ/FED/023-291), celebrada entre



o Governo e a União Europeia (EU), no quadro do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento e implementado pelas três instituições beneficiárias, nomeadamente, a Assembleia da República, o Tribunal Supremo e a Procuradoria-Geral da República/ GCCC.

Durante o evento, que juntou as direcções das referidas instituições e os representantes da UE, concluiu-se haver uma evolução satisfatória do nível

de execução das actividades programadas, desde a realização do II Comité de Direcção.

No entanto, a recomendação foi para a necessidade de um maior rigor nos processos de planificação, e de se imprimir maior celeridade nos procedimentos de contratação em curso, de modo a garantir uma execução financeira tempestiva, atento ao tempo remanescente para o término do projec-

to, bem assim, a necessidade de partilha de informação e experiências para o alcance dos objectivos traçados pela subvenção.

Durante a reunião, a UE manifestou interesse em continuar a cooperação num futuro breve na área da justiça, com destaque para a componente de combate à corrupção, o qual estará incluído no 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento. ■



Dirigentes junto da equipa técnica que operacionaliza o Programa



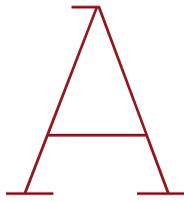
Coordenador de Projectos da PGR, Julio Auxílio Muiocha, apresentando a execução das acções da PGR e do GCCC

EM PROL DO COMBATE AO HIV/SIDA FUNCIONÁRIOS DA PGR CELEBRAM 01 DE DEZEMBRO



Por ocasião da passagem do Dia Mundial de Luta Contra o HIV e SIDA, que se assinalou a 01 de Dezembro, os funcionários e agentes de Estado da Procuradoria-Geral da República participaram da palestra sobre “**Prevenção à Transmissão Vertical do HIV de Mãe para o Filho**”.





palestra foi ministrada pelos técnicos do Programa DREAM, criado pela Comunidade de Sant'Egídio, em

Moçambique, em 2012, com o objetivo de controlar a epidemia de HIV/SIDA e a malnutrição na África Sub-Sahariana. O programa está activo em 10 países africanos, em coordenação com os governos locais e já tratou mais de 270.000 pessoas.

Para além do HIV/SIDA outras patologias crónicas são assistidas e tratadas pelo DREAM, a saber, Hipertensão, Diabetes, Doenças Cardio-Vasculares e a Tuberculose.

Durante a palestra, foram apresentadas acções inerentes a prevenção da transmissão vertical do HIV da

mãe para o filho, durante o parto.

Portanto, foi possível os funcionários perceberem que cuidados devem ser tomados para evitar-se a transmissão vertical do HIV/SIDA de mãe para filho.

Na ocasião, foram apresentados casos de sucesso, como o facto após a assistência a 4661 mulheres, no período de 2012-2015, 4500 crianças nasceram sem o vírus de HIV-SIDA.

Os desafios deste programa também foram apresentados, dentre os quais destacam-se o atendimento personalizado; aderência e retenção dos doentes.

Os funcionários e agentes de Estado da PGR para além da palestra puderam realizar testes de HIV-SIDA, medir a tensão e tirar dúvidas relativas a saúde sexual reprodutiva. ■



Apresentação do tema "Prevenção à Transmissão Vertical do HIV de Mãe para Filho" pelos técnicos do Programa DREAM







GCCC REFORÇA A CAPACIDADE INVESTIGATIVA



No âmbito da implementação do Contrato de Subvenção assinado entre a Procuradoria-Geral da República (PGR) e União Europeia (UE), no ano de 2013, visando a implementação do Programa "Apoio ao Estado de Direito e à Responsabilização dos Poderes Públicos em Moçambique" teve lugar a primeira fase de capacitação de Agentes de Investigação Criminal do Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) na sequência da aquisição de novos equipamentos de investigação Criminal.

A acção de capacitação teve lugar de 30 de Outubro a 03 de Novembro de 2017, no edifício-sede do GCCC, tendo participado no mesmo 08 (oito) investigadores.

Tinha como objectivo, dotar os agentes de investigação de habilidades de uso de ferramentas modernas

de investigação, de modo a reduzir o tempo de investigação e elevar o desempenho institucional.

A capacitação foi facilitada pela Dra. Thuso Thansa, especialista em matérias de investigação criminal, proveniente da República da África do Sul.

Ainda no âmbito as acções de capacitação dos investigadores do GCCC, teve lugar a segunda fase, que

decorreu de 20 a 24 de Novembro de 2017, no edifício-sede do GCCC, na qual participaram, igualmente, 08 investigadores. A mesma tinha como objectivo aprimorar as técnicas de investigação dos agentes no uso de ferramentas modernas de investigação, tendo sido facilitada pelo Dr. Ângelo Teixeira Pereira, especialista Adjunto da Polícia Judiciária de Portugal.





Realizada Quinzena alusiva às festividades Dia Internacional de Luta contra a Corrupção

No dia 09 de Dezembro de 2003 mais de 110 países, na Cidade Mexicana de Mérida, a Convenção das Nações Unidas Contra a corrupção, que entrou em vigor no dia 14 de Dezembro de 2005, passando assim o dia 9 de Dezembro a ser assinalada como sendo o Dia Internacional de Luta contra a Corrupção.

Moçambique aderiu à Convenção a 25 de Maio de 2004, tendo-a ratificado pela resolução nº 31/2006 de Dezembro.

Desde a ratificação desta Convenção, o Estado Moçambicano tem vindo a realizar em todos os anos acções que marcam a passagem da efeméride.

Para o ano de 2017 e pela primeira vez, as acções decorreram na quinzena correspondente, de 28 de Novembro a 09 de Dezembro, sob o lema **"Unidos contra a corrupção para o desenvolvimento, paz e segurança"**.

Tomando em consideração os efeitos negativos deste fenómeno, foram realizadas diversas actividades duran-

te a quinzena, entre as quais se destacaram as seguintes:

- Debates sobre a corrupção;
- Distribuição de panfletos, cartazes e afixação de dísticos em instituições e locais públicos;
- Realização de palestras e concursos;
- Realização de actividades desportivas e culturais;
- Visita alguns sectores da Administração Pública considerados prioritários; e
- Outras actividades de iniciativa local.

As cerimónias centrais foram observadas no dia 09 de Dezembro na Cidade de Maputo, na Escola Secundária



PGA e Directora do GCCC, Ana Maria Gemo Bié, proferindo o seu discurso alusivo às festividades do Dia Internacional de Combate à Corrupção

Quisse Mavota.

Participaram nas cerimónias centrais diversas individualidade entre as quais os representantes dos membros do Governo, Procuradores Gerais Adjuntos, membros da Sociedade Civil, entidades do Sector Privado, representantes dos parceiros de cooperação (União Europeia), servidores públicos e cidadãos em geral.

Na perspectiva de melhorar a qualidade dos serviços de investigação criminal Investigadores do GCCC submetidos à formação em Portugal



Uma equipa de investigadores do Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC), participou de 16 a 20 de Outubro de 2017, numa formação em matéria de prevenção e combate à corrupção, ocorrida na sede da Polícia

Judiciária (PJ) de Portugal.

A actividade enquadrou-se no Plano de Formação institucional, tendo beneficiado um total de 04 (quatro) investigadores.

Tinha como objectivos conhecer

e utilizar os meios e mecanismos de obtenção de prova na investigação dos crimes de corrupção; discutir o enquadramento legal dos crimes de corrupção e dos serviços de apoio na investigação criminal.

Na ocasião teve lugar a análise de casos práticos e a troca de experiências que resultaram numa melhor percepção de aspectos complementares aos processos de combate a este tipo legal de crime, tais como o mecanismo de funcionamento de um Gabinete de Recuperação de Activo, Unidade de Cooperação Internacional e Unidade de Perícia Financeira e Contabilística. ■



Apresentação de um número teatral



Da esquerda para a direita, Representante da UE, à esquerda; PGA e Directora do GCCC, Ana Maria Gemo Bié e Ministra da Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namachulua, no centro; a Governadora da Cidade de Maputo, Iolanda Cintura, à direita



CRV'S REÚNE GESTORES PÚBLICOS E DEBATEM EM TORNO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LPP



Departamento Especializado para o Controlo da Legalidade da Procuradoria-Geral da República organizou, em Dezembro último, um Seminário sobre a Implementação da Lei de Probidade Pública (LPP).

A organização do Seminário esteve a cargo da Comissão de Recepção e Verificação de Bens (CRV's), tendo por objectivo verificar o nível de implementação da referida lei bem como reflectir sobre o sistema de declaração de bens, dar a conhecer os passos a seguir no acto de depósito, registo, verificação e fiscali-

zação das declarações e por último, que tipos de sanções incorrem todos aqueles que não cumprem com a Lei.

Importa referir que, participaram neste evento gestores de recursos humanos das instituições públicas e empresas públicas e, ainda, participadas pelo Estado.



Painel principal do seminário, no centro, Taibo Mucobora (PGA), à direita, Lúcia Maximiano do Amaral (PGA) e Guilhermina Macuacua, Escrivã de Direito, à esquerda



Participantes do seminário





PGR, Beatriz Buchile e a Ministra da Saúde, Nazira Abdula, efectuando assinatura da adenda ao memorando

PGR-MISAU REFORÇAM COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE CRIMES CONTRA SAÚDE PÚBLICA

O combate e prevenção aos crimes contra saúde pública ganhou novo dinamismo, através da assinatura da adenda ao Memorando de Entendimento, rubricado entre a Procuradoria-Geral da República e o Ministério da Saúde, em 2008.





T rata-se de um documento assinado, pelos titulares da PGR e do MISAU, em Dezembro último, na Cidade de Maputo, na presença de magistrados do MP e quadros do MISAU, no qual o objectivo seria definir os procedimentos e condições que devem reger as relações entre as duas partes, nos domínios de exames médicos, relatórios médicos, laudos periciais, diagnósticos diferenciais, perícias em géneros alimentícios, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Para além das acções acima, o Memorando é acompanhado de uma matriz de trabalho, que por sua vez, foi actualizada, e clarificadas a intervenção de cada uma das instituições.

A Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, na sua intervenção para além de fazer alusão a evolução que a legislação sofreu após a assina-

tura do Memorando, em 2008, referiu que com a assinatura desta adenda pretende-se aprimorar e melhorar a cooperação interinstitucional, em relação, aos casos de assistência psicológica as vítimas de violência doméstica e em conflito com a Lei, na defesa dos interesses colectivos e difusos, por forma a garantir melhorias no acesso aos serviços de saúde, por parte os cidadãos, bem como um ambiente saudável.

A Ministra da Saúde, Nazira Abdula, por sua vez, saudou a iniciativa e reconheceu que, com a assinatura da adenda haverá o reforço da legalidade, bem como da cooperação interinstitucional, a nível Nacional, em acções específicas, designadamente: na prevenção e combate a crimes contra a Saúde Pública; no combate ao desvio de medicamentos e material cirúrgico; no comércio ilícito de medicamentos, dentre outras matérias. ■

CARO CIDADÃO
DENUNCIE OS ACTOS ILEGAIS
DE QUE TENHA CONHECIMENTO.

LIGUE GRÁTIS
PARA OS NÚMEROS
ADIANTE INDICADOS
A PARTIR DE QUALQUER
OPERADORA



NÚMERO CURTO

-  1401
-  1402
-  1403
-  1404
-  1405
-  1406
-  1407
-  1408
-  1409
-  1410
-  1411

PROVÍNCIA

- CABO DELGADO
- NIASSA
- NAMPULA
- ZAMBÉZIA
- TETE
- MANICA
- SOFALA
- INHAMBANE
- GAZA
- MAPUTO PROVÍNCIA
- MAPUTO CIDADE



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOÇAMBIQUE

COM O APOIO



UNIÃO EUROPEIA

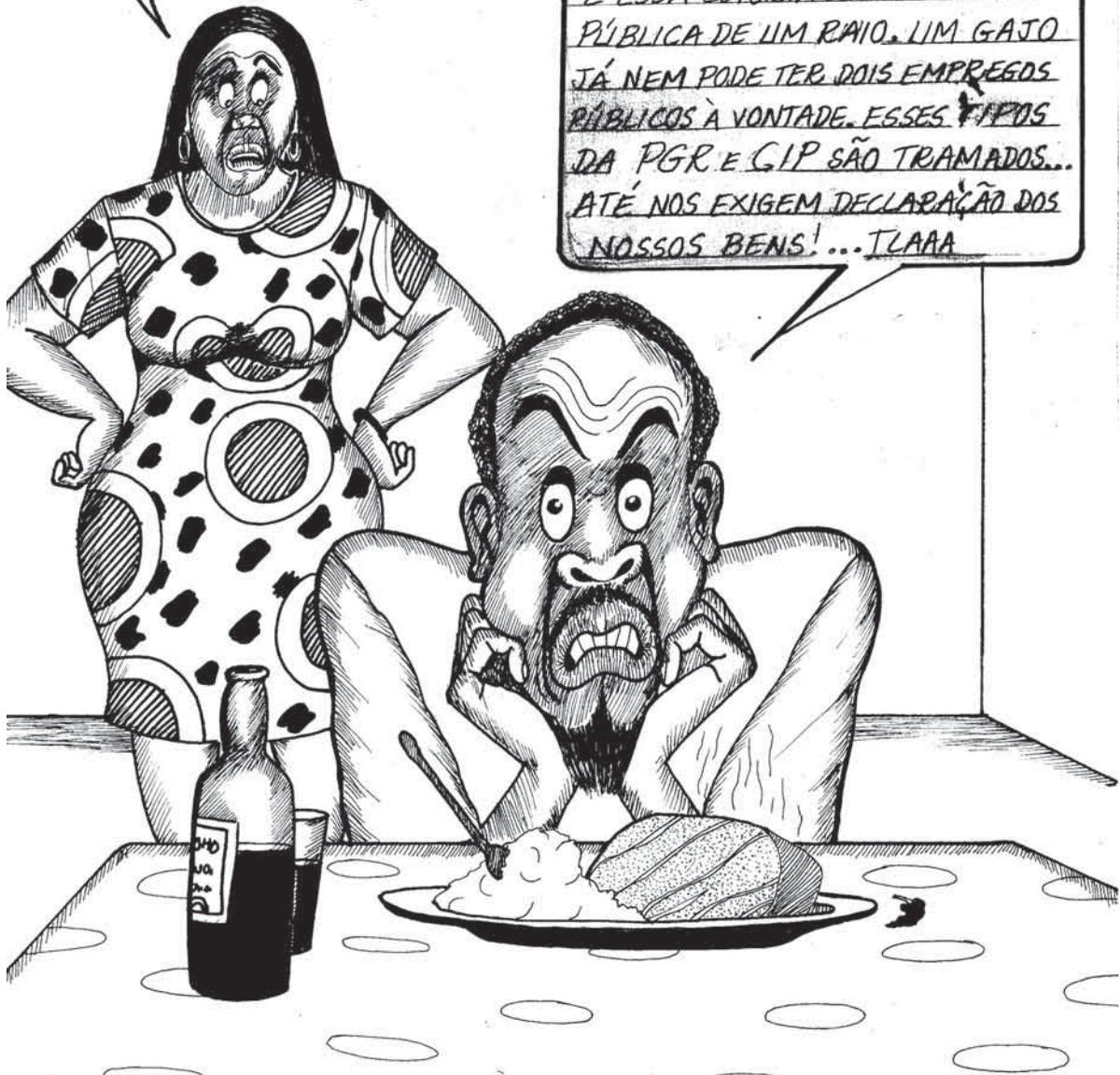
Humor

Sérgio Zimba

EM CASA DE LIM DEPUTADO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA...

ESTO LÍ MUITO PREOCUPADA CONTIGO CHICO. ANDAS MUITO TRISTE, ABORRECIDO... AINDA APANHAS LIM AVC!!! COME JÁ ESSA LIPSA COM ATUM ANTES QUE ARREFECAM!

'É ESSA ESTÓRIA DE PROIBIDADE PÚBLICA DE LIM RAIO. LIM GAJO JÁ NEM PODE TER DOIS EMPREGOS PÚBLICOS À VONTADE. ESSES TIPOS DA PGR E GIP SÃO TRAMADOS... ATÉ NOS EXIGEM DECLARAÇÃO DOS NOSSOS BENS! ...TLAAA



A LEI DE POBRIDADE PÚBLICA (LPB) É UM FORTE INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO. OS SERVIDORES PÚBLICOS ABRANGIDOS POR ESTA LEI DEVEM CUMPRÍ-LA ESTRITAMENTE



MINISTÉRIO PÚBLICO

MOÇAMBIQUE

- ▶ PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**
Av. Vlademir Lenine, nº 121, Telefone: 821304307
ou 21304303/4; Fax 21304297, email: pgr@pgr.gov.mz
website: www.pgr.gov.mz
Cidade de Maputo
- ▶ GABINETE CENTRAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO**
Av. 10 de Novembro, nº 293, Telefone: 823033074
ou 843901174; Fax: 21310693
Cidade de Maputo
- ▶ SUB-PROCURADORIA-GERAL-NAMPULA**
Rua Armando Tivane, nº 2016, 2º andar esquerdo
Cidade de Nampula
- ▶ SUB-PROCURADORIA-GERAL-BEIRA**
Rua nº 1214, 2º andar, próximo à Casa Provincial da
Cultura, Telefax: 23323072 ou 23322176
Cidade da Beira
- ▶ SUB-PROCURADORIA-GERAL-MAPUTO**
Palácio da Justiça, Av. 25 de Setembro, nº 1026,
7º e 8º andares
Telefone: 21322259; Fax: 2132226
Cidade de Maputo
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-NIASSA**
Rua do Aeroporto
Telefax: 27120549 ou 27120549/26942008
Cidade de Lichinga
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-CABO DELGADO**
Av. da Marginal nº 637, Telefax: 27221199
Cidade de Pemba
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-NAMPULA**
Praça da Liberdade, nº 173, Telefone: 26216694
Fax 26 213184 ou 26216699
Cidade de Nampula
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-ZAMBÉZIA**
Rua Samora Machel nº 1004
Telefone: 24217077, Fax 24212473
Cidade de Quelimane
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-TETE**
Edifício do Palácio da Justiça
Telefone: 25223142; Fax: 25222566
Cidade de Tete
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-MANICA**
Av. 25 de Setembro, nº 207
Telefax: 25123639
Fax :25124603
Cidade de Chimoio
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-SOFALA**
Rua General Vieira da Rocha, nº 637
Telefone: 23323231 ou 23320400
Fax: 23 326071
Cidade da Beira
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-INHAMBANE**
Av. da Vigilância, Telefone: 29320396
Fax: 29320050 ou 29320396
Cidade de Inhambane
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-GAZA**
Estrada da Praia de Xai-Xai, Telefone: 28225345
Fax: 28225772/28225546
Celular: 823276426
Cidade de Xai-Xai
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-MAPUTO**
Praça do Município, nº 07
Telefone: 823245110 ou 21724729; Fax: 21724729
Cidade da Matola
- ▶ PROCURADORIA
DA REPÚBLICA-CIDADE DE MAPUTO**
Av. Ahmed Sekou Touré, 1371
Telefone 21303059
Fax 21325427
Cidade de Maputo
- ▶ GABINETE PROVINCIAL DE COMBATE
À CORRUPÇÃO DE NAMPULA**
Av. 25 de Setembro
Celular: 82 6212925; Fax 26212925
Cidade de Nampula
- ▶ GABINETE PROVINCIAL DE COMBATE
À CORRUPÇÃO DE SOFALA**
Rua nº 1214, R/C, próximo à Casa Provincial da Cultura
Telefax: 23324183
Cidade da Beira
- ▶ GABINETE PROVINCIAL DE COMBATE
À CORRUPÇÃO DE INHAMBANE**
Av. de Moçambique, Bairro Balane 2, R/C
Telefax: 29321009
Cidade de Inhambane
- ▶ CONSELHO SUPERIOR
DA MAGISTRATURA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**
Av. Julius Nyerere, nº 15
Telefone: 21494870/5
Fax 21497869
Cidade de Maputo